

A visibilidade através da atuação política dos movimentos sociais dos pescadores artesanais

Lutas, desafios e práticas educativas na região tocantina

José Elielton Mendes Moraes¹
Jose Domingos Fernandes Barra²
Romario Ribeiro dos Praseres³

Resumo: Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão e enfatizar a caracterização dos movimentos sociais, as lutas, desafios e práticas educativas dos pescadores artesanais na Amazônia tocantina. Utilizamos para análise autores como GOHN (2014), COSTA (2002), além de informações coletadas na Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá. Os resultados obtidos apontam para a importância dos movimentos sociais na luta pela legitimidade dos direitos das pessoas que vivem da pesca, que moram no campo, da classe trabalhadora. Ficou evidente que no âmbito dos movimentos existe um processo de construção de uma identidade marcada por saberes, vivências e de uma prática singular, mas que abrange toda a estrutura da comunidade ribeirinha. Os movimentos sociais, como organização, são inseparáveis da história da categoria de pescadores do município de Cametá/Pa, trata-se de uma coletividade de indivíduos que se articulam em busca de uma “contra-hegemonia”, ressignificando sua própria história. Além disso, a participação dos movimentos sociais tem grande influência e papel significativo na educação da região, através de projetos como o “Pescando o saber”, desenvolvido pela Colônia Z-16, o que evidencia o seu caráter participativo e transformador para com a comunidade local.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Pescadores artesanais; Amazônia tocantina.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo faz uma reflexão sobre a ação dos movimentos sociais construídos pelos pescadores artesanais com destaque aqueles presentes na região tocantina, através de uma pesquisa bibliográfica, dando

¹ Discente do curso de Pedagogia da UFPA/Campus Cametá. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Pesca Artesanal na Amazônia Tocantina. E-mail: elieltonmendes151@gmail.com

² Professor da UFPA/Campus de Cametá, Aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Doutorado em Educação, ano 2015. E-mail: domingosfb@ufpa.br

³ Discente do curso de Pedagogia da UFPA/Campus Cametá. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Pesca Artesanal na Amazônia Tocantina. E-mail: romarioribeiro834@gmail.com

evidencia as práticas educativas, as lutas, e ao processo de construção da identidade principalmente, no interior da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, Estado do Pará. Trata-se de uma reflexão à luz das teorias produzidas nesse campo temático, destacando a produção e a contribuição de Gloria Gohn para a protagonização de saberes e atos educativos presentes nesses sujeitos através de suas organizações em movimentos sociais. Por esta ação que educa, entendemos uma prática histórico-social que se liga diretamente quer às condições objetivas, quer às ações organizativas e às concepções de mundo nelas gestadas.

O tema em questão, tem por objetivo trazer inicialmente para o debate a compreensão e a caracterização dos movimentos sociais a partir da vivência no campo da luta dos trabalhadores ligados a pesca artesanal. Preliminarmente entender a partir de uma particularidade em que medida aspectos da vida cotidiana desses trabalhadores (formas de trabalho, construção de saberes, estratégias econômicas, experiências educativas, maneiras organizacionais, etc.) contribuíram para a formação desses sujeitos coletivos.

Trata-se de buscar referência do saber desses pescadores no sentido de reconstruir e redefinir a identidade pertinente ao campo do conhecimento em educação. A apropriação desse conhecimento nesse universo conceitual funda-se no princípio de uma história particular, saberes sobre os quais foram impressas subjetividades e consciência que resultaram em intervenções no processo social real. Estamos cientes que pela vivência junto a essa categoria de trabalhadores é a de que existe processo formativo advindo da concepção teórica, pois segundo Vendramini, 2000, p 04:

O sujeito no campo marxista não é o sujeito cartesiano individual, proprietário, mas o sujeito coletivo que se constitui como tal no processo social de produção da sua existência e na sua identidade como classe trabalhadora (VENDRAMINI, 2000,pg 04)

2. MOVIMENTOS SOCIAIS, O QUE SÃO?

A ideia de Movimento Social que tem como mecanismo o debate não individualista, composto por trabalhadores corporificado pela luta de classes, onde os pescadores artesanais estão envolvidos vão na direção em que Gohn (2014, pag. 70) define como sendo:

Expressão de uma ação coletiva decorrida de uma luta política, econômica e cultural composto pelos seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade (adversários e aliados, bases, lideranças, assessoria), que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações (práticas comunicativas

diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos) projetos ou visão de mundo que dão suporte a suas demandas e culturas próprias nas formas como se sustentam e encaminham suas reivindicações.

Para Gohn (2014) os movimentos sociais ocorreram quando as oportunidades políticas se ampliam, quando há aliados e quando as vulnerabilidades dos oponentes se revelam. Essa atuação dos movimentos sociais na prática cotidiana no Brasil, inaugura uma nova fase desses movimentos na vida política do país. Tal fato caracteriza-se pela conquista “do direito a ter direito”, por reivindicar o direito a participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade, como ressalta Gohn, 2014:

Há nesse período, a criação de movimentos sociais distintos – movimento operário e movimentos revolucionários desde a revolução francesa, no Brasil, movimentos na fase do regime político populista diferentes do final da década de 70 e parte dos anos 80, movimentos Populares reivindicatórios urbanos articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar) embora muitos dos atuais sejam herdeiros dos anos 80. Lutavam na época para ter direito a ter direitos. (pág. 32)

Os movimentos dos pescadores artesanais se tornaram forças políticas na medida em que ampliaram sua ação a partir de um movimento de constituição de sujeitos coletivos, vivificado na presença na discussão política e social, presença está marcada pela responsabilidade, compromisso com a classe social, além do desenvolvimento constituinte de diversas identidades.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO TOCANTINA

Os trabalhadores pertencentes a região do baixo tocantins e principalmente em Cametá, segundo Costa (2003), tem uma participação rica em movimentos sociais, organizacionais e políticos, tendo alguns marcos históricos importantes, como a participação, no movimento popular conhecido como “Cabanagem”, no século XIX.

Por meio de diversas formas organizativas esses grupos sociais têm participado de uma luta histórica por reconhecimento de direitos, por garantia de medidas compensatórias que possibilitem a reordenação social dos seus modos de vida, estruturados na relação direta que estabelecem com os rios e com a floresta.

Antes da fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, na década de 1970, já existiam as chamadas Sociedades Rurais, que reuniam grupos de agricultores que trabalhavam em mutirões. No início da década de 1990 na

região Tocantina, houve uma expressiva mobilização desses trabalhadores por meio de suas organizações (como sindicatos de trabalhadores rurais, associações, colônias de pescadores), todos unificados através do Movimento em Defesa da Região Tocantina (MODERT), conseguindo conquistar as primeiras linhas de crédito para a pequena produção familiar, em movimentos que ficaram conhecidos como “*Grito do campo*”.

Em suas análises sobre a existência dos movimentos sociais, Costa (2003) avalia ainda que os ribeirinhos sejam mais organizados e mais fortemente institucionalizados que os trabalhadores rurais da terra-firme. Tanto é assim que a organização dos movimentos sociais com maior peso político e social em Cameté (e na região do Baixo Tocantins), segundo Costa, é a Colônia de Pescadores Z-16. Trata-se, segundo ele da organização sindical que garantiu as maiores conquistas para seus associados nos últimos dez anos.

O fato da Colônia de Pescadores Z-16 possuir uma representatividade política e social maior do que a do próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais (que, tradicionalmente, é a organização social de maior peso no segmento da produção familiar na Amazônia) se deve, segundo Costa, a uma questão de ordem cultural, pois a população que habita na zona rural se reconhece mais como pescadores do que como produtores ou trabalhadores rurais.

Ao descrever sobre a formação desse trabalhador, fica evidente que a constituição do sujeito passa por um sistema de compreensão ideológica de formação do ser. Esse processo tem como princípio básico a construção coletiva que só se torna possível num contexto de proposta política, isto é, envolve uma visão de mundo, de sociedade que se contrapõe ao que hoje se apresenta como hegemônico. Sobre a hegemonia, Costa (2002, p, 40) afirma que:

A mesma é conquistada também e até mais propriamente no plano cultural, expressando assim, a capacidade de uma classe específica para dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade produzindo consensos em torno de seu projeto político.

Ressignificar sua própria história, procurando elementos de contra-hegemonia, como afirma Gramsci (2004) e proporcionando uma capacidade transformadora dos e pelos próprios sujeitos é o grande propósito desses movimentos vinculados ao setor da pesca.

4. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS PESCADORES

Para tanto, destacarei dois deles que teve grande influência nesse processo que é o Movimento de Pescadores do Pará (MOPEPA) e o Movimento

Nacional dos Pescadores (MONAPE), além da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá – Pa, que apesar de ser criada com o propósito escravocrata em 1924, a partir nos anos 90, teve muita importância no desenvolvimento desses trabalhadores.

O MOPEPA, Movimento dos pescadores do Pará, emergiu de uma necessidade de garantir a participação dos pescadores artesanais nas decisões políticas a nível de Estado. Esse movimento surgiu como ânimo após conquista da colônia do município de Santarém onde um grupo de trabalhadores recebeu orientação e incentivo da Comissão Pastoral da Pesca- CPP. Dentre as conquistas do MOPEPA podemos destacar a participação dos pescadores já na aprovação da constituinte da pesca e sua institucionalização no ano de 1998, além da formação e associações de pescadores, no sentido de buscar créditos junto ao governo federal.

O MONAPE (Movimento Nacional dos Pescadores), nascido na década de 70 a partir do Estado de Pernambuco em consequência da grande concentração de pescadores, foi uma iniciativa vinculada a Igreja Católica, onde se criou a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) com objetivo de formar núcleos de pescadores desenvolvendo atividades de formação. A característica do MONAPE e, por conseguinte da CPP, era procurar uma referência de mobilização onde segundo Sztompka, (1998) pudesse formar:

Uma coletividade de indivíduos atuando juntos; objetivo comum da ação, uma certa mudança na sociedade, definida pelos participantes de maneira similar; a coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal; a ação tem um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não-institucionalizadas e não-convencionais (p. 465)

Nogueira (2005, p 78) também potencializa a existência desses movimentos em esforços de reinvenção caracterizados seja à movimentação social, seja ao campo político-cultural mais especificamente demarcado pela esquerda e pela democracia quando coloca que:

a movimentação “alternativa” foi ganhando ímpeto e se alastrando por diferentes países, infiltrando-se como opinião e como incentivo à ação, pelos interstícios da vida contemporânea, a ponto de reivindicar a constituição de uma “sociedade civil” a ela vinculada.

Ainda sobre a existência e a formação dos movimentos sociais e principalmente da sociedade civil, responsável pela democratização e construção do espaço público no Brasil, Costa (2002, p 41) afirma que:

à medida que as massas se articulam em torno do projeto hegemônico da classe trabalhadora, elas se libertam da condição amorfa e frag-

mentada em que vivem, elas se tornam o ator coletivo histórico que promove a superação de todo particularismo, estabelecendo, no horizonte socialista, uma nova grandeza ético-política.

Nesse sentido, o papel primordial do MONAPE está na organização da categoria de pescadores artesanais, defesa do meio ambiente, elaboração de propostas de políticas pesqueira, resgate da valorização desses sujeitos fazendo com que os mesmos tenham clareza aos problemas da sua realidade, e só assim de forma conjunta, reivindicar melhorias, ao mesmo tempo construindo história.

Outro movimento que está associado a estes trabalhadores são as Colônia de Pescadores, criadas na década de 20, pela marinha com objetivo na época de reunir pescadores de todo Brasil para atuarem como guia nos labirintos fluviais e para cuidarem dos porões dos grandes navios. Pode-se dizer que hoje, a representação política dos pescadores artesanais é dada pelas colônias de pescadores. O trabalho atual das colônias passa pela busca pelos direitos constitucionais (auxílio maternidade, auxílio reclusão, aposentadoria por idade, seguro defeso), bem como pela formação de lideranças sociais no sentido de ocupar cargos políticos representativos nas diferentes instancias destacando ainda que isso se dê por um processo de apropriação educacional e ambiental desses trabalhadores.

No caso mais específico, a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá criada em 1924, nesses últimos tempos, tem se articulado como exemplo de demonstração política, que vem historicamente resistindo aos desafios de diversas naturezas. Vêm demonstrando que sua participação na discussão social pode contribuir para colaborar com outros movimentos, no sentido de lutar pela materialização dos direitos sociais dos trabalhadores.

O caso visível, são os projetos que esta entidade implementa na qual podemos destacar alguns deles: *Pescando o saber* (um projeto de formação na área de informática para os filhos e filhas de pescadores); *projeto pescador transformador* que é um cursinho pré-vestibular também voltado aos pescadores no sentido de possibilitar o ingresso no nível superior; *Projeto de Gestão e Uso Compartilhado dos Recursos Pesqueiros*, que visa implementar ação educativa nos pescadores no uso do rio, sendo ele aquele que dá sentido à vivência do pescador. A colônia trata ainda do seguro – defeso que se deu devido a institucionalização e regularização da atividade de pesca como exercício profissional o que possibilita ao pescador, quando cadastrado há mais de três anos, receber o esse benefício por ocasião do período da proibição de pesca, que vai de novembro a fevereiro de cada período anual.

Martins (2010) se referindo sobre a atuação política desses trabalhadores, afirma que:

Os trabalhadores da Colônia Z-16 têm desenvolvido ações que proporcionam a construção de seus saberes a partir de seus trabalhos e de suas lutas. Em outras palavras, esses sujeitos aprendem nas relações sociais, a partir de seus trabalhos, que possibilitam compreender, discutir, analisar e propor alternativas de melhores condições de trabalho e vida.

A colônia Z-16 de Cameté a partir dessas ações se tornou um espaço de construção de relações, onde os trabalhadores a partir de seus trabalhos se articulam, vivenciam, realizam suas ações numa direção conjunta, essas ações são os registros históricos dos saberes desses sujeitos.

Ainda existe em muitas regiões – como é o caso de do Baixo Tocantins - a formação de associações de pesca ou grupos de pescadores de cunho duvidoso, muitas vezes “criadas” com fins eleitoreiros que buscam espaços de representação junto ao Estado. Essas associações e grupos não possuem raízes comunitárias de formação e não mantêm o valor da origem pesqueira como um importante laço de união.

Precisamos reafirmar que quando falamos da história de luta desses trabalhadores, estamos nos referindo ao homem concreto, real, e histórico com sua atividade prática e material, o pescador. Dessa forma não comungamos e nos afastamos do homem genérico, assim como do pescador genérico. Observamos equívocos que incorrem quando alguns representantes do capital se referem aos “pescadores” como se fossem todos iguais.

Os pescadores artesanais, é assim descrito por Cardoso (2001, p. 60):

Inicia-se na infância por um processo por vezes lúdico e vai constituindo-se como uma cultura própria, uma cultura pesqueira [...] inicia-se na infância a vivência com os processos pesqueiros e passa por vários níveis de parentescos, pais, avós, cunhados, tios, irmãos [...] A profissionalização depende da possibilidade de uma pequena poupança a ser investida em terra na construção da casa ou na compra de uma pequena embarcação [...] a mestrança guarda em si a prática e conhecimento construído ao longo de décadas no trabalho com o mar.

Por intermédio desses acontecimentos, vale lembrar que o Estado brasileiro passou a ter um reconhecimento dos pescadores como uma categoria a partir do início do século XX, através das relações oficiais e com a designação de órgãos públicos para tratarem sobre o tema.

A partir dos estudos de Cotrim (2008) podemos destacar a evolução dessa representação a partir da seguinte ordem cronológica: Na década de 20, o Ministério da Marinha era órgão do Estado responsável pela organização da pesca no Brasil. Em 1967, no governo militar do Brasil, a pesca

era submetida pelo Ministério da Agricultura, na qual foi criado a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca(SUDEPE) - neste período foram criadas as normas do exercício da pesca que são válidas até hoje (Decreto Lei 221/67). Em 1989, foi criado o IBAMA ligado ao Ministério do Meio Ambiente, para onde migrou a pesca.

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e em 2009, no dia 29 de junho, dia do Pescador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958. Era, então, criado o Ministério da Pesca e Aquicultura, atendendo a demanda e anseio histórico dos pescadores e aquicultores do país, onde atualmente se encontra a gestão estatal da pesca. Nesta ótica Gohn, 2014, pag. 47:

As demandas devem ser referenciadas pela igualdade de condições e não por condições de naturalidade das diferenças ou externalidades impostas. Uma vez contemplada a demanda por intermédio de uma lei, tal lei, deve ser ampla, para que tenha efeitos redistributivos, e não ser restrita/focalizada, o que poderá, a médio prazo, provocar privilégios e novas desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os movimentos sociais ligados aos pescadores artesanais, tornaram-se forças motrizes na medida em que ampliam sua presença na discussão política e social, entendem a sociedade através de várias análises, compreendem que a mesma é dinâmica e, ao mesmo tempo, plural.

A partir desse contexto, os movimentos de pescadores na região tocantina como forças sociais coletivas, passaram a atuar em rede de mobilizações e ações organizadas de participação, articularam-se com novas formas de associativismo, criando com novas agendas e pautas, com o objetivo de conquistar direitos e transformar a sociedade.

Devemos pensar esses movimentos, com maior ou menor visibilidade, com presença e permanência firme na cena política, como sujeitos políticos não só coletivos, mas múltiplos, heterogêneos, que compartilham princípios básicos sobre a participação popular, a cidadania e a construção democrática.

Sendo assim, o caráter educativo dos movimentos sociais dos pescadores artesanais na região tocantina, apresenta-se como forma de aprendizagem, como efeito pedagógico multiplicador que espalha ações coletivas no interior das organizações, colocando demandas específicas, o que implica dizer que os movimentos sociais têm caráter educativo, percebido pelos sujeitos neles envolvidos e pela sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca e dá outras providências. Disponível em: [Legislação/Decretos-Leis]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em: 12 jan. 2011.
- CARDOSO, Eduardo S. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.radio.faced.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores_Artesanais_-_movimentos_sociais.pdf>. Acesso em: 2013.
- COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.
- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses, e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983.
- FURTADO, Gislane D.; BARRA, José D. F. *Pescadores Artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos*. Cametá, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5)
- GOHN, Maria da Gloria. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARTINS, Egidio. *Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no Município de Cametá-PA*. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPA, 2010.
- MENDES, Armando. *As pescarias amazônicas e a piscicultura no Brasil*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1968.

MORIN, Edgar. Para Sair do Século XX, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

RODRIGUES, Doriedson. *Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará*. Tese (Doutorado em Educação) – UFPA, 2012.